



**A Honra e o Brio militar: uma categoria de análise na formação do discurso na imprensa militar do Oitocentos**

**Military Honor: a category of analysis in the formation of discourse in the military press of the 19th century**

---

**Fernanda de Santos Nascimento**

<https://orcid.org/0009-0009-5509-6517>

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua em pesquisas no campo da história militar, com destaque para os temas de Militares e Política e Imprensa Periódica Militar. Membro do GT de História Militar da ANPUH-RS.

<http://lattes.cnpq.br/1032126849942458>

[fernandaisrael@gmail.com](mailto:fernandaisrael@gmail.com)

## Resumo

A partir dos anos 1850 observa-se a ocorrência de muitos periódicos militares na imprensa nacional. Tais periódicos escritos por militares e voltados para o público militar acompanham as tendências de profissionalização das forças armadas nacionais que começam a ocorrer no século XIX, como consequência do desenvolvimento do moderno estado nação. No Brasil, os periódicos servem para afirmar, de forma categórica, um discurso positivo sobre o que é ser militar neste período. Na falta de um discurso institucional oficial, a construção discursiva institucional paira nas mãos de oficiais comuns, que utilizam a imprensa como canal de comunicação para expor suas ideias sobre o *metier* militar e suas atribuições. Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar a honra e o brio militar, como importantes características atribuídas ao ser militar no século XIX, de acordo com os redatores e colaboradores dos periódicos militares publicados no período.

## Palavras-chave

História Militar. História da Imprensa. Militares e Política.

### **Military Honor: a category of analysis in the formation of discourse in the military press of the 19th century**

## Abstract

From the 1850s onwards, many military periodicals appeared in the national press. Such periodicals written by military personnel and aimed at the military public follow the trends towards professionalization of the national armed forces that began to occur in the 19th century, as a consequence of the development of the modern nation state. In Brazil, periodicals serve to categorically affirm a positive discourse about what it means to be a soldier during this period. In the absence of an official institutional discourse, the institutional discursive construction rests in the hands of ordinary officers, who use the press as a communication channel to express their ideas about the military *metier* and its duties. In this sense, The objective of this article is to present honor and military pride, as important characteristics attributed to being a soldier in the 19th century, according to the editors and contributors of military periodicals published in the period.

## Keywords

Military History. History of the Press. Military and Politics.



## 1. Introdução

A partir dos anos 1850 observa-se, com maior regularidade e frequência, a existência de periódicos escritos por militares em várias províncias do Brasil imperial, sobretudo no Rio de Janeiro. Em 1855, por exemplo, existiam quatro periódicos publicados de forma concomitante no Brasil: *O Militar*, *O Militar Brioso*, a *Revista Marítima Brasileira* e o *Brasil Marítimo*. Os três primeiros periódicos eram publicados na Corte, enquanto o último era publicado na Bahia. E assim são observados, na arena da imprensa, uma série de periódicos que foram escritos por militares e voltados para a classe militar de 1850 até, pelo menos, 1899.

A existência destes periódicos está inscrita no que chamamos de imprensa periódica militar. Este fenômeno é consequência de dois elementos principais do período: a existência de uma imprensa militar no exterior, fruto do cientificismo característico do XIX; e, também, é reflexo do caminho de profissionalização que as forças armadas nacionais empreendem a partir do XIX, cujo exemplo principal são os exércitos europeus, notadamente o exército prussiano. Aos militares brasileiros, estas tendências não passaram despercebidas e podemos compreender a existência destes periódicos no Brasil também como uma tentativa de aproximação dos ideais observados no exterior.

Em um primeiro momento, a análise dos periódicos pode sugerir – e colocar – os militares neste período como opositores da monarquia e do sistema político imperial, dadas as insistentes críticas políticas que são afirmadas e reafirmadas todo tempo nas páginas dos periódicos. Mas uma análise mais cuidadosa e amparada em uma metodologia qualitativa e quantitativa, pode revelar outros dados ao pesquisador: entre tantos assuntos levantados pelos periódicos entre 1850 e 1880, parece haver uma forte insistência em se caracterizar a classe militar no período. A alta frequência de assertivas observadas nos periódicos sobre o que é ser militar no século XIX chama atenção do pesquisador. Logo, daremos conta aqui de uma dessas características, amplamente discutida pelos militares brasileiros: a honra e o brio militares como constituintes do *ser militar* no século XIX. Ou seja, como uma forte característica definidora da classe militar neste período.

Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa maior, que busca identificar e categorizar os periódicos escritos por militares no século XIX, no Brasil. A imprensa militar ganhou pouca – ou quase nenhuma atenção – na historiografia sobre militares nos últimos anos. Em que pese trabalhos como de John Schulz e Adriana Barreto de Souza que utilizaram periódicos em suas análises, o periódico é visto como fonte dentro da pesquisa e não como objeto e campo de pesquisa. Assinalamos



aqui, portanto, a existência da imprensa periódica militar no século XIX (e entendemos a existência desta imprensa de igual forma no século XX também) enquanto campo e objeto de pesquisa.

Tal imprensa se solidifica a partir da segunda metade do século XIX, importante período de reorganização do estado estatal imperial, além de ser um relativo período de paz após os conturbados anos de revoltas regenciais, ocorridas durante o período liberal. O regresso conservador traz estabilidade política ao país e proporciona um momento seguro para os militares brasileiros pensarem melhor sobre a instituição da qual faziam parte. E a imprensa será, neste período, um profícuo canal para o desenvolvimento de ideias sobre o que é a classe militar e o que caracteriza ser militar neste período. A lacuna deixada pela falta de uma política institucional nesse sentido, parece estimular jovens militares, notadamente aqueles ligados a Escola Militar, a trazer suas ideias e concepções para a arena da imprensa e, com isso, contribuir para uma relevante discussão no período. Afinal, quais características eram necessárias ao militar brasileiro no século XIX?

## 2. *A Honra e o Brio militar*

A classe militar é dotada de uma série de características e tradições. Tais características fazem parte do espírito militar ou do ethos militar, e são uma consequência do próprio desenvolvimento institucional das forças armadas profissionais. O ethos surge para diferenciar o caráter militar do caráter civil da sociedade, distinção necessária a partir do processo de monopolização da violência pelo Estado e da profissionalização das forças armadas. O militar não é apenas um cidadão que pega em armas; é um profissional qualificado a serviço do Estado. A violência militar é legitimada pela existência da instituição e pela atribuição de segurança legada ao grupo pelo Estado. Logo, é necessário ao elemento militar a diferenciação do elemento civil na sociedade (HUNTINGTON, 1996, P. 29)

Tal diferenciação será construída no âmbito institucional, de forma discursiva. Assim, podemos compreender as instituições como um agrupamento social legítimo baseado em algum princípio geral de fundação. As instituições não podem ter opiniões próprias, e são fruto do processo cognitivo de seus integrantes. Para Mary Douglas, a existência de uma sociedade ou comunidade é definida pelo pensamento e pelo sentimento comum de seus membros. Portanto, uma instituição não pode pensar por si própria, mas depende de uma construção cognitiva coordenada pelos seus membros, que constituem um agrupamento social. Logo, o agrupamento social é definido pelo estilo



de pensamento que o une. As instituições formam-se baseadas na união de grupos cujos interesses são similares (DOUGLAS, 2012, p. 71). Logo, é necessário existir um processo de estruturação institucional, baseado na codificação de informações. A codificação por analogias e oposições cria a classe militar, e o grupo escolhido para compor o processo de estruturação institucional foi a classe política. O meio utilizado para a composição desse discurso específico foi a imprensa, sobretudo, a imprensa militar a partir de 1850.

A imprensa militar aglutina, em sua volta, oficiais militares intermediários, que almejam algo mais que uma simples carreira militar. A existência de um grande número de periódicos observados aqui demonstra o interesse que a imprensa despertava nesses oficiais. O objetivo era defender os interesses da classe militar, invocando classe como uma composição social uníssona e homogênea. A imprensa militar deveria, portanto, representar os interesses legítimos da classe, escondida sob a ideia de unidade.

Nesse sentido, os redatores militares esforçaram-se na criação de um discurso que caracterizava a classe militar, sobretudo a partir de algumas ocorrências bastante comuns a todos os periódicos: a honra e o brio militares, a relação da pátria com a instituição armada, o abandono da instituição observado pelos redatores e o discurso positivo do homem militar como administrador político. Tais elementos têm relação com o discurso de formação da classe militar e de síntese das atribuições e características da instituição militar no século XIX, a partir da lógica dos redatores dos periódicos da imprensa militar a partir de 1850. Daremos ênfase aqui a honra e ao brio militares como característicos do ser militar no século XIX.

Esta será, na opinião dos redatores, uma das características mais importantes do homem militar brasileiro. Logo, a honra e o brio militar são a primeira característica da classe militar enumerada pelos redatores dos periódicos, e confirmada através de um sistema de ocorrências identificado dentro de nossa análise. De fato, o maior grupo que fez (e faz) uso dos preceitos da honra é o grupo militar. Tanto o Exército quanto a Marinha possuem códigos específicos de honra militar, que determinam comportamentos e ações. Os códigos de honra se aplicam, sobretudo, aos oficiais, embora muitos preceitos sejam comuns, tanto a oficiais quanto aos soldados.

A honra militar é uma ideia predominante da instituição militar. É um dos preceitos mais importantes e um dos primeiros que vai diferenciar um militar de um civil. A honra militar não existe fora da instituição: embora outros grupos profissionais e civis possam viver sob fundamentos éticos,



a honra militar é característica única e constitutiva das forças armadas. Os exércitos profissionais do século XX parecem ter modificado a noção de honra em prol da disciplina. De fato, a disciplina militar não era um valor tão forte no século XIX como foi no século XX – e permanece sendo no XXI. Da mesma forma, a honra é um valor constitutivo importante das forças armadas modernas do XIX.

A honra, como palavra, deriva do latim. Mas foi na idade média que sua importância cresceu. Os códigos de honra foram se ampliando desde então, mantendo sempre suas raízes primitivas. Este conjunto de expectativas e deveres sociais – cuja rigorosa observância condicionava a aceitação de um indivíduo em sua comunidade – surge na sociedade medieval vinculado às relações militares (MARTINEZ, 2008). A condição de nobre – ou aristocrata – poderia ser adquirida como forma de reconhecimento pelo valor dos serviços em combate, prestados em nome do rei ou das crenças religiosas, na Europa do medievo. A condição de nobreza – uma honra conferida pelo monarca ou pela Igreja – implicava no reconhecimento da honra do cavaleiro pela comunidade (OLIVAL, 2012, p. 210).

Em 1862, um articulador do *Indicador Militar* assim escrevia sobre a honra militar:

A profissão militar é nobre, porque os componentes de todas as outras aspiram e se lisonjeiam de obter um posto honorífico dos que distinguem as classes da oficialidade do exército; é nobre, porque esses diferentes títulos que classificam a fidalguia, em remotas e felizes épocas, dela tiraram sua origem; é nobre porque todos os príncipes e monarcas vestem a farda e cingem a espada que a simbolizam; é nobre finalmente, porque sem outro incentivo que os da glória e da honra, defendem e sustentam esses tronos, origem e respeito, segurança e prosperidade das nações mais fortes e civilizadas (INDICADOR MILITAR, 1862a, p. 15).

Na citação, o autor revela todos os importantes elementos do discurso sobre a honra, e como ela se caracteriza como um elemento estritamente militar. A honra é objeto de desejo das outras classes, pois alguns elementos se tornam oficiais honoríficos do Exército, passando a distinguir-se pelo posto militar ocupado. O autor remonta ainda à tradição da honra, identificada por ele em “remotas e felizes épocas”, simbolizadas pela “fidalguia”. Por último, a honra é nobre, porque é o incentivo mais forte para aqueles que defendem o trono e a segurança das nações.

A característica é tão importante na formulação de um discurso sobre as características militares – e, em síntese, sobre o ser militar – que se tornou, inclusive, título de um dos periódicos: *O Militar Brioso*, publicado durante o ano de 1855. O título do periódico é, por si só, a reafirmação da índole militar, qual seja, do orgulho em ser militar, sintetizado pelo vocábulo brioso. O título, no



lançamento da publicação, foi objeto de polêmica: alguns leitores interpretaram o título do periódico como jocoso e zombeteiro. Os redatores foram rápidos em ressaltar que o objetivo era justamente o contrário: o título, provocativo, tinha como objetivo notabilizar a “classe desventurada que em todas as ocasiões têm prestado relevantes serviços à união do Império e às instituições que fazem a sua estabilidade”. (O MILITAR BRIOSO, 1855a, p. 1). O título refere-se, portanto, à honra, ao brio e à consciência de classe dos militares. Tais fatos são relevantes, porque colocam a instituição em um quadro maior de análise: da sua própria institucionalização, de consciência de classe e de ethos militar.

Em 1855 os redatores de *O Militar Briosos* afirmavam uma das razões para pertencerem e cultuarem a instituição militar: “Eis porque tanto veneramos esta honrosa corporação sempre generosa, sempre digna! É honroso podermos dizer: o solo Brasílico tem sido regado por nosso sangue, voluntariamente sacrificado a bem da paz e da ordem pública [...]” (O MILITAR BRIOSO, 1855b, p. 2). A honra era, portanto, uma das razões principais não só para a existência da instituição armada, mas também para justificar a morte e o sacrifício no campo de batalha.

A pesquisa indica ainda outro dado bastante importante: os militares utilizaram frequentemente o vocábulo brio em substituição à palavra honra. Embora, em alguns momentos, os redatores acabem por se referir à honra como característica militar, na maioria dos casos é o vocábulo brio que faz a ponte entre o sentimento e a característica militar. Possivelmente, tal diferenciação tem origem na própria tentativa de construção de um discurso essencialmente militar. Em *O Militar Briosos*, por exemplo, podemos perceber que, em geral, o uso do vocábulo honra está relacionado a distinções na sociedade, a características pessoais – como a honestidade e a pureza, e também com lugares de honra. Em contrapartida, o vocábulo brio está relacionado, em geral, a uma característica única e exclusiva pertencente à classe militar.

Em 1862, o Coronel Vicente Piragibe reproduzia, no periódico *Indicador Militar* uma carta escrita pelo Dr. Justiniano José da Rocha, lente de direito militar da Escola Militar. Na carta, Rocha destina parte do seu conteúdo a questão do brio e do pundonor militares. Para Rocha:

Desde que as nações compreenderam a necessidade de exércitos permanentes; desde que a arte da guerra exigiu multiplicados exércitos, constantes preparos e a cooperação de muitas ciências e hábitos de vida diversos dos do comum dos cidadãos, compreendeu-se que para sufocar os sentimentos de vida para si e para os seus, de vida doméstica, pessoal, sedentária, tão poderosas, por serem tão naturais, cumpria invocar um sentimento mais forte, exaltá-lo:



esse sentimento foi o do brio e do pundonor. [grifos do autor] (INDICADOR MILITAR, 1862b, p. 352).

O brio e o pundonor são, assim, sentimentos fortes que podem competir e mesmo ocultar os sentimentos de vida pessoal, tornando o soldado um guerreiro capaz de colocar o *métier* militar acima de sua vida pessoal. Rocha refere-se ainda ao brio como uma característica indispensável ao militar. Portanto, o brio é uma qualidade intrínseca da instituição militar. A ligação entre o brio e o heroísmo feita pelo autor remete aos romances de cavalaria, principais responsáveis por esta relação (MARTINEZ, 2008, p. 3).

A honra, como sentimento, possui uma vitalidade que pode mudar através dos tempos. Lucien Febvre distingue dois tipos de honra: uma honra exterior e uma honra interior. A honra exterior é aquela que vem de fora, dos outros homens e da sociedade à qual estamos ligados. Esta honra externa não é ligada à moral, logo, não é uma fonte de moral, e, assim, não é uma força motriz de moral. Esta honra é aquela ligada a distinções públicas típicas da sociedade ou mesmo às honras militares em termos de cerimonial (FEBVRE, 1998, p. 60).

A honra interior é o sentimento que se desenvolve “a ponto de impor as mais duras renúncias, os mais heroicos sacrifícios, não somente de interesse material, mas de interesse pessoal; sacrifícios gratuitamente oferecidos a um ideal mais forte que chamamos de honra” (FEBVRE, 1998, p. 61). Portanto, esta forma de honra está ligada ao sentimento interior que se desenvolve em cada um de nós. A distinção no uso dos vocábulos – embora honra e brio sejam, em última instância, sinônimos – parece ter relação justamente com a construção da ideia de ser militar, pelos redatores do periódico. Concluímos que a diferença nos vocábulos é uma forma de estabelecer a diferença entre o comportamento da classe militar e o comportamento de outros grupos que compõem a sociedade imperial, sobretudo o grupo político. Embora em última instância o significado de honra e brio seja similar, o uso do brio para se referir às qualidades militares e o uso da honra para referir-se a qualquer outro grupo ou situação não militar é um traço de diferenciação e articulação de identidade. É a honra interior que os redatores pretendem ressaltar e, para causar uma diferenciação, o vocábulo brio é utilizado.

Os anos de 1850 são cruciais para a elaboração deste discurso através da imprensa militar. É a década de consolidação do Estado imperial e a década de surgimento da imprensa militar de segunda fase. É durante este período que se observa o esforço frequente em usar o vocábulo brio sempre que



a honra militar está em discussão. Nas décadas seguintes, essa característica permanece, mas aparece com menos frequência do que registrado em *O Militar* (1854) e, sobretudo, em *O Militar Brioso* (1855). Para os redatores de *O Militar*, o brio era a maior característica que um militar poderia ter: “[...] e abater a própria estima e o brio que todo o homem deve ter, e o Soldado mais que ninguém, porque é esta a qualidade que dá a coragem nos perigos, a resignação nas privações da vida Militar” (O MILITAR, 1855a, p. 8).

Para Febvre, os preceitos de honra são uma espécie de herança “de que gozam todos os membros de um grupo e que eles respeitam na medida em que têm necessidade de se sentir amparados, ajudados, guiados pela aprovação dos outros membros” (FEBVRE, 1998, p. 63). Para Janowitz, “a utilidade do soldado profissional para a liderança, tanto na instituição militar quanto fora dela, está centralizada na concepção do soldado como um dedicado servidor público, isento de corrupção pessoal” (JANOWITZ, 1967, p. 194). Ou seja, faz parte da honra e da tradição militar uma conduta ilibada, tanto pública quanto privada. Ao descrever, insistentemente, as características militares como positivas e as características políticas e públicas como negativas, os redatores estavam criando um discurso nesse sentido. Para Janowitz, a honra é o fundamento do sistema ideológico militar: “A honra militar é tanto um meio quanto um fim. O código de honra especifica como o oficial deve conduzir-se, mas ser honrado é um objetivo a ser alcançado por questão de propriedade. Quando a honra militar é eficiente, seu poder de coerção é considerável” (JANOWITZ, 1967, p. 213).

A criação de um código de honra tem relação com a distinção necessária que o corpo de oficiais deseja estabelecer entre a sociedade militar e a sociedade civil. Serve também como uma forma de demonstrar uma pretensa superioridade em relação aos outros grupos da sociedade (VAGTS, 1959, p. 177). Este ponto, também reconhecido por Janowitz, ao citar que os militares consideram-se depositários e conservadores de grandes tradições, num ambiente social em constante mutação (JANOWITZ, p. 80).

Logo, a honra é um dos principais elementos do discurso militar, sobretudo no século XIX. A honra motivou romances e motivou uma intensa literatura, tanto de caráter civil, quanto militar. A honra torna-se, assim, um deus “em torno do qual muitos deuses superiores tombaram” (INDICADOR MILITAR, 1862c, p. 313). A honra é, portanto, um dos principais assuntos do século XIX, tendo Alfred Victor de Vigny um dos seus principais argumentadores.



Alfred de Vigny foi um dos intelectuais do século XIX que conseguiu apreender de forma lógica a relação entre soldados e a instituição militar. Na história literária sobre instituições militares, sua obra desfruta de notoriedade. E é uma síntese de três grandes características militares: a servidão, a resignação e a honra, publicado em 1835 (VIGNY, 1960, p. XVIII). O livro é dividido em três partes, que poderiam ser lidas e analisadas como três obras distintas. A inspiração para a obra veio, de acordo com Vigny, “das esquisitices da vida dos exércitos” (VIGNY, 1960, p. 29). A honra, como elemento, está presente ao longo de toda a narrativa, e é o principal assunto da conclusão do livro. Vigny escreve sua obra em um momento de transição da instituição militar: quando a função de uma força militar ainda não está bem definida; quando a lealdade dessa mesma força militar ainda está dividida, entre a pátria e um soberano, entre as fronteiras dos novos estados-nacionais e do antigo regime. Para o autor a honra é indefinível. Não está escrita e não pode ser mensurada, senão através de uma conduta dificilmente encontrada fora do meio militar, que inclui ainda a característica da servidão e da resignação. Todos estes sentimentos – e condutas, por fim – são desconhecidos de outras profissões, que, por isso mesmo, não compreendem a profissão militar (VIGNY, 1960, p. 314).

A questão política não passou despercebida a Vigny: enquanto a honra é o sentimento mais caro aos militares, para os políticos ela nada significa:

A palavra que frequentemente não passa de uma palavra para o homem da alta política torna-se um fato terrível para o guerreiro; o que aquele diz levianamente ou com perfídia, este o escreve na poeira com o seu sangue, e é por isso que é honrado por todos, acima de todos, e muitos devem baixar os olhos diante dele (VIGNY, 1960, p. 316).

A honra distingue-se assim, como um sentimento e uma característica, estritamente militares, para Vigny. E, assim, compreendiam os redatores dos periódicos militares.

Analisando o discurso militar dos periódicos que, a todo momento é repetido, a honra militar é contraposta com as características identificadas pelos redatores ao fazer político. Nesse sentido, torna-se interessante que a classe escolhida para compor esta pretensa superioridade seja a oposição à classe política e à magistratura. A oposição entre a classe militar e a classe política ocorre, justamente, quando os redatores insistem em caracterizar a política como corrupta e indigna, vocábulos que podem ser considerados opostos à noção de brio, e em consequência, a noção de honra. Os trechos abaixo nos fornecem um exemplo comparativo bastante interessante quando se referem a política e ao fazer político:



A negligência de quem dirige os negócios públicos, a nenhuma responsabilidade da administração pelo desprezo da lei, são as principais causas do nosso estado presente (O MILITAR BRIOSO, 1855c, p. 4).

Na inevitável ruína em que se desce ao precipício é necessário um braço assaz forte, um César ou um Napoleão para que o país não seja imolado no altar do patronato e da corrupção (O MILITAR BRIOSO, 1855d, p. 1).

Os dois trechos, embora distintos, atribuem diferentes causas ao problema político identificado pelo autor. Enquanto no primeiro trecho a negligência e o desprezo são características comuns do fazer político, no segundo a causa da ruína do país são o patronato e a corrupção.

Em contrapartida, os militares oferecem outra visão de si e da sua instituição:

[...] capricha-se em expor, sem utilidade do serviço da nação, a mil privações e vexames, o Militar honrado, cuja dignidade não se pode compadecer com atos ilegais, e com uma época de corrupção (O MILITAR BRIOSO, 1855e, p. 3).

[...] da nobre e honrada classe militar, tão mal estipendiada, tão sobrecarregada de serviços, tão exposta a punições quais as que sofrem o soldado Brasileiro! Tao falta de recursos e tão cheia de despesas; classe onde parecia unicamente o merecimento deveria imperar e onde a proteção debaixo da capa desse mesmo merecimento tanto se aninha! (O Militar Brioso, 1855f, p. 4).

No primeiro trecho, a intenção do autor é justamente contrapor a honradez do militar com o período de corrupção. O militar, além de ser honrado e se afastar da corrupção, é ainda vítima de privações – oriundas do próprio *métier* militar – e vexames, consequência da política de baixa valorização profissional. No segundo trecho, a relação quase se repete: a classe militar é nobre, honrada, e ainda sofre com as punições indiretas dadas pela política: a falta de recursos, a influência de aduladores e, em última instância, a presença negativa da política, ao favorecer homens pelo prestígio pessoal ao invés do merecimento.

Neste contexto, o brio desponta como uma das maiores características militares identificadas pelos redatores dos periódicos. De acordo com uma passagem no periódico *O Soldado* (1881), a classe militar é aquela “que tem por timbre a honra” (O SOLDADO, 1881a, p. 2). Também os redatores de *O Militar* definiram o comportamento militar: “[...] seja enfim a regra do vosso comportamento militar, a vossa divisa, o vosso dogma este: lealdade, honra, abnegação de vontade e sacrifício da



vida” (O MILITAR, 1855b, p. 8). Acrescentavam ainda os redatores do Indicador Militar (1862): “Dai-me uma oficialidade sem brio nem pundonor e o exército em vez de ser o defensor e guarda da nação, ser-lhe-á um perigo permanente. Dai-me um exército cujo soldado seja destituído de brio e pundonor, perder-se-á com boa e briosa oficialidade, o poder de vigilante e rigorosa disciplina [...]” (INDICADOR MILITAR, 1862d, p. 353).

Para os redatores de *O Soldado*, em 1881, a honra e o sentimento do dever são os valores que impulsionam os homens à guerra: logo, o soldado não é uma máquina inerte de guerra, e sim um cidadão movido pelo ímpeto da honra (*O Soldado*, 1881b, p. 3). A honra e o brio militares, no entanto, perdem um pouco a importância neste período, quando os periódicos foram escritos pelos membros do Corpo de Voluntários da Pátria, a partir da década de 1880. Em *O Soldado*, o brio militar não é uma característica frequentemente lembrada e descrita pelos redatores: é, antes de tudo, uma característica comum não apenas ao militar como profissional, mas também ao brasileiro como cidadão. O vocábulo honra aparece aqui como um “lugar” de honra, legado à pátria, cuja dignidade havia sido ultrajada pela ação dos paraguaios que deflagraram o conflito nas fronteiras brasileiras. Para Heitor Lyra, o sentimento de honra nos militares brasileiros era elástico. A honra, para o autor, tinha relação – e somente relação – com um sentimento de superioridade do elemento militar sobre o elemento civil. Assim, o militar agia conforme seus interesses:

Se era contrariado, se encontrava resistência por parte dos civis, revoltava-se, sublevava-se, provocava a insurreição armada, no falso pressuposto de estar defendendo a honra da classe, honra que nunca soube exatamente em que consistia, mas que devia ser uma coisa muito elástica, porque era sempre posta em jogo toda vez que um militar se via contrariado em seu interesse ou era alvo simplesmente de uma censura ou de uma crítica da autoridade civil (LYRA, 1964, p. 36).

O autor, portanto, não compreende exatamente o sentido da honra na construção do discurso militar. A honra, como vimos, tem relação estrita com a força e com o homem de armas, relação que ganha sentido e importância durante a idade média. Com a centralização política do Estado e a institucionalização dos exércitos, a honra passou a ser uma característica intrínseca das forças armadas. O sentimento está presente, e ainda faz parte da maior parte do ethos – ou do espírito militar – das instituições armadas.

Assim como Lyra, John Schulz não parece compreender corretamente o valor de algumas características militares, como a honra. Esta incompreensão pode ser fruto da insistência, da maior



parte dos pesquisadores, em adequar perspectivas profissionalizantes do século XX ao Exército do século XIX. Ou ainda na insistência de colocar o grupo militar como efetiva oposição política na ideia de se encontrar num passado cíclico respostas para as contínuas intervenções militares na política, sobretudo, 1889. Assim, explica-se a derrubada da monarquia pelo viés militar como um episódio inevitável e lógico, dentro de uma perspectiva histórica que se arrastava desde a década de 1850. Para Schulz, “no século passado a defesa da honra parece ter sido uma questão muito séria. Muitos dos oficiais que participaram das desordens ocorridas nos anos cinquenta e da questão militar dos anos oitenta agiram dessa forma por acreditarem sinceramente que estavam defendendo a dignidade da corporação” (SCHULZ, 1994, p. 43.) A honra, como apresentado aqui, é um dos elementos principais do discurso formador daquilo que é ser militar neste período, e, por isso, não pode ser desprezada.

A constatação de Lyra pode ter relação com a concepção desenvolvida pelo próprio autor em relação à mentalidade do corpo de oficiais nos anos finais da monarquia. Para Lyra, é somente nos últimos anos da monarquia que predomina entre os oficiais “a falsa concepção da superioridade da classe militar sobre as demais classes da Nação e a impossibilidade, portanto, de ela subordinar-se à autoridade civil” (LYRA, 1964, p. 36.). Ora, a própria noção de honra, e como esta característica é articulada pelos redatores, já pressupõe a superioridade moral dos militares frente a outras classes. Como assinala Janowitz, com a educação militar específica e a criação de um discurso próprio militar, os oficiais “passaram a crer que sob certos aspectos são superiores ao grosso da população (JANOWITZ, 1969, p. 80)

### 3. Conclusão

O código de honra militar será, portanto, um dos principais responsáveis pelas concepções de oposição identitária entre a classe política e a classe militar. Assim, os militares não se colocam superiores a qualquer classe, mas sim à classe política, objeto escolhido para a formação da identidade da própria classe militar, conforme assinalamos.

A honra era um sentimento caro aos militares brasileiros. Em sua homenagem, um periódico foi lançado: O Militar Brioso (1855), cujo título não era jocoso, mas significativo. O brio toma lugar da honra e briosos tornam-se os militares. No exemplo de Vigny a honra não pode ter uma definição estanque, pois significa uma série de características. Da mesma forma, para os redatores a honra poderia reunir uma série de outros vocábulos, como moralidade, fidelidade, honestidade, servidão e



disciplina. Embora a definição fosse plural, o sentimento de honra era permanente e constantemente ressaltado através das páginas dos periódicos como uma das mais importantes características militares do período.

A existência deste discurso nos periódicos da imprensa militar salta aos olhos do pesquisador: sua incidência pode indicar o esforço intelectual que os militares brasileiros faziam para construir um discurso institucional no período sobre as características que deveriam definir a classe militar. Diante da falta de um discurso efetivamente institucional, isto é, produzido a partir de fontes oficiais, parece bastante claro supor que os redatores destes periódicos foram os construtores de uma base discursiva institucional: a maior parte dos redatores estavam ligados à Escola Militar, seja como lentes ou como egressos. Logo, tais militares advogavam sua participação na arena da imprensa também a partir da sua educação formal, condição que os habilitava a colaborar para a construção deste discurso. Necessário ainda acentuar que a construção do discurso em evidência e oposição à classe política tinha como objetivo não só caracterizar o que era a profissão militar, mas também construir discursivamente este papel. A participação na imprensa foi a forma utilizada por estes militares para alcançar não apenas outros militares, mas também levar a discussão para o âmbito da sociedade. Nesse sentido, o trabalho efetuado a partir da década de 1850 parece ter encontrado frutos, visto que o discurso reverbera, ainda com força, na década de 1880. Nos parece claro, portanto, o papel fundamental da imprensa periódica militar neste período em consolidar um discurso sobre o *ser* militar no século XIX.

### Referências Bibliográficas

- DOUGLAS, Mary. *Como pensam as instituições*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012
- FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.
- JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967.
- LYRA, Heitor. *História da Queda do Império*. Tomo II. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.



MARTÍNEZ, María Victoria. A vueltas com la honray el honor. Evolución em la concepción de la honra y el honor em las sociedades castellanas desde el medioevo al siglo XVII. *Revista Borradores* –Vol. VIII – IX – Año 2008, p. 1-10. Disponível em:

<http://www.unrc.edu.ar/publicar/borradores/Vol8-9/pdf/A%20vueltas%20con%20la%20honra%20y%20el%20honor.pdf> Acesso em 15 de jan. 2021.

OLIVAL, Fernanda. Honra, cavalaria e ordens (Portugal, séculos XVI-XVII): dos romances de cavalaria às práticas e das práticas aos textos. In: MONGELLI, Lênia Márcia (org). *De cavaleiros e cavalarias. Por terras de Europa e Américas*. São Paulo: Humanitas, 2012, p. 210. Disponível em: <http://editora.fflch.usp.br/sites/editora.fflch.usp.br/files/205-214.pdf> Acesso em 15 de jan. 2021.

SCHULZ, John. *O Exército na Política*. Origens da Intervenção Militar (1850-1894). São Paulo. EDUSP, 1994.

VAGTS, Alfred. *History of Militarism*. Civilian and military. London: Hollis e Carter, 1959.

VIGNY, Alfred de. *Servidão e Grandeza Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército 1960.

### Fontes:

*Indicador Militar*, ano I, edição n. 6, de 16 de março de 1862, (a).

*Indicador Militar*, ano I, edição n. 19, de 1º de outubro de 1862, (b).

*Indicador Militar*, ano I, edição n. 17, de setembro de 1862, (c).

*Indicador Militar*, ano I, edição n. 19, de 1º de outubro de 1862, (d).

*O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, (a).

*O Militar Brioso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, (b).

*O Militar Brioso*, ano I, edição n. 3, de 14 de março de 1855, (c).

*O Militar Brioso*, ano I, edição n. 5, de 28 de março de 1855, (d).

*O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, (e).

*O Militar Brioso*, ano I, edição n. 11, de 18 de maio de 1855, (f).

*O Militar*, ano I, edição n. 15, de 8 de março de 1855, (a).

*O Militar*, ano I, edição n. 20, de 19 de maio de 1855, (b).



*O Soldado*, ano I, edição n. 28, de 28 de junho de 1881, (a).

*O Soldado*, ano I, edição n. 24, de 3 de junho de 1881, (b).

Artigo submetido em 06/05/2022, aceito em 18/10/2022 e publicado em 10/12/2022.

---

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.28, n.02, e7975, Jul./Dez. 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v28i02.7975>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).